

M. J. Pereira
1- K. Abreu

Anexo

31 de dezembro de 2025

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da Entidade:

Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Ponte

1.2 – Sede Social:

Rua do Prado, n.º 1, 5300-451 França

1.3 – Natureza da atividade:

Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos

1.4 – Designação da empresa-mãe:

Não aplicável.

1.5 – Sede da empresa-mãe:

Não aplicável.

O Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Ponte foi fundado em 15/06/1989 e desde então, para a realização dos seus fins e objetivos, foi criando diversas valências sociais tendo, nesta data, em funcionamento as seguintes:

Centro dia

Apoio Domiciliário

Lar para Idosos

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Direção.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a NCRF-ESNL previstas pelo SNC aprovada pelo DL n.º 36-A/2011, de 9 de março, e com as alterações introduzidas pelo DL n.º 98/2015 de 2 de junho.

2.2 - No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições à normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ENSL).

2.3 - Os valores constantes das demonstrações financeiras de período findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores de 2024.

3 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ENSL.

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Instituição espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, regime de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de Bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento básico	6 - 8
Equipamento de transporte	4 - 5
Equipamento administrativo	6

J. M. Pereira
R. K.
Abacia

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

b) Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo de Capital. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

c) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de aquisição, taxas associadas aos inventários e as despesas de transporte ou envio dos mesmos.

d) Ativos e passivos financeiros

i) Utentes e outros ativos correntes

Os saldos de utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

ii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

iii) Fornecedores e outros passivos correntes

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Fundo de Capital, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

f) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

g) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas relacionam-se com a estimativa das vidas úteis de ativos fixos.

[Handwritten signatures and initials]

h) Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

i) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se registaram no período.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores

Não se verificaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

W. P. Silva
F. P.
16/06/2025

Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Ponte
Rua do Prado Novo, n.º 1
5300-541 França

4 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2025 e em 2024 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2025							Total
	Ed.Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Terrenos e recursos naturais	Investimentos em curso		
Saldo inicial	765.874	99.724	56.980	3.440	0	0	0	926.018
Aquisições	0	1.855	0	0	0	0	0	1.855
Alienações	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras variações	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo Final	765.874	101.579	56.980	3.440	0	0	0	927.873
Saldo inicial	212.254	94.641	26.483	3.373	0	0	0	336.751
Amort. Exercício	15.059	2.476	7.624	67	0	0	0	25.226
Alienações	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Variações	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo Final	227.313	97.116	34.107	3.439	0	0	0	361.977
	538.561	4.463	22.873	0	0	0	0	565.896
	2024							Total
	Ed.Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Terrenos e recursos naturais	Investimentos em curso		
Saldo inicial	765.874	99.724	18.859	3.440	0	0	0	887.897
Aquisições	0	0	38.121	0	0	0	0	38.121
Alienações	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras variações	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo Final	765.874	99.724	56.980	3.440	0	0	0	926.018
Saldo inicial	197.195	92.231	18.859	3.260	0	0	0	311.545
Amort. Exercício	15.059	2.410	7.624	113	0	0	0	25.206
Alienações	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Variações	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo Final	212.254	94.641	26.483	3.373	0	0	0	336.751
	553.620	5.083	30.497	67	0	0	0	589.267

Não existem restrições de titularidade, nem ativos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.

JM
1-11
M. Paula
Abacia

5 ATIVOS INTANGÍVEIS

Não aplicável.

6 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2025			2024		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Matérias Primas, Subsidiárias e de consumo	1.501		1.501	1.760		1.760
	1.501		1.501	1.760		1.760

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 2023 e em 2022 é detalhado conforme se segue:

	2025			
	Mercadorias	MP, subsid. Consumo	Outros	Total
Saldo inicial	0	1.760	0	1.760
Compras	0	32.832	0	32.832
Regularizações	0	0	0	0
Saldo final	0	1.501	0	1.501
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	0	33.091	0	33.091

	2024			
	Mercadorias	MP, subsid. Consumo	Outros	Total
Saldo inicial	0	1.533	0	1.533
Compras	0	34.256	0	34.256
Regularizações	0	0	0	0
Saldo final	0	1.760	0	1.760
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	0	34.029	0	34.029

Não se mostrou necessário o reconhecimento de qualquer perda por imparidade relativo a este ativo.

W. Pinheiro
15-11
P. P. P.
16/11/25

7 RENDIMENTOS E GASTOS

7.1 Rédito

O rédito reconhecido pela Instituição é detalhado conforme se segue:

	2025	2024
Prestação de serviços	181.893	166.967
Juros obtidos	0	0
Subsídios à exploração	154.921	124.410
Outros rendimentos e ganhos	12.901	15.379
	349.715	308.756

As prestações de serviços referem-se a mensalidades recebidas dos utentes.

7.2 Subsídios, doações e legados à exploração

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios à Exploração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tem o seguinte detalhe:

	2025	2024
Subsídios relacionados com alvos:		
Instituto da Seg. Social	148.656	122.022
Subsídios de Outras Entidades (IEFP/CCAM)	6.265	2.388
Doações	0	0
	154.921	124.410

Os rendimentos aqui registados respeitam, na sua maioria, a transferências recebidas do Instituto de Segurança Social a título de comparticipação nos serviços prestados de ação social.

A rubrica inclui também valores recebidos/a receber relativos a Estágios Profissionais, comparticipados pelo IEFP.

Handwritten signatures and initials:
F=H
Lopar

7.3 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tem o seguinte detalhe:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	7.468	3.166
SERVIÇOS BANCARIOS	69	19
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	98	0
HONORARIOS	8.602	9.208
CONSERVACAO E REPARACAO	5.040	3.559
FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE DESGASTE	4.736	1.893
MATERIAL DE ESCRITORIO	730	518
ELECTRICIDADE	9.312	9.827
COMBUSTIVEIS	6.071	6.554
AGUA	2.385	1.460
OUTROS GAS	26.760	17.705
DESLOCACOES E ESTADAS	0	0
COMUNICACAO	978	1.120
SEGUROS	1.870	1.891
CONTENCIOSO E NOTARIADO	0	0
LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	10.974	8.081
OUTROS FORNECIMENTOS	0	320
	<u>85.094</u>	<u>65.321</u>

7.4 Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2025 e em 2024 é detalhada conforme se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Remunerações do pessoal	179.750	169.784
Indemnizações	0	0
Encargos sobre remunerações	40.019	36.788
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	2.968	2.446
Gastos de acção social	0	0
Outros	0	0
	<u>222.738</u>	<u>209.018</u>

Em 2025, o número médio de funcionários ao serviço do Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Ponte fixou-se nos 11.

7.5 Depreciações e amortizações

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 2025 e em 2024 é conforme se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativos fixos tangíveis	25.225	25.206
	<u>25.225</u>	<u>25.206</u>

Para maior detalhe desta rubrica, ver Nota 4 – Ativos Fixos Tangíveis.

7.6 Outros gastos

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 2025 e em 2024 é conforme se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Impostos	0	0
Outros	0	0
	<u>0</u>	<u>0</u>

7.7 Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 2025 e em 2024 é conforme se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Descontos de Pronto Pagamento Oblidos	0	0
Subsídios	12.875	13.050
Outros	26	2.328
	<u>12.901</u>	<u>15.379</u>

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios respeita à imputação dos Subsídios ao Investimento ao período, na proporção das amortizações dos bens subsidiados.

[Handwritten signatures and initials]

8 SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios recebidos do Governo e reconhecidos na rubrica de Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, referem-se, essencialmente, a apoios concedidos associados à construção do Centro Polivalente, revestindo a forma de Subsídios ao Investimento. A Instituição tem também reconhecidos Subsídios ao Investimento associados a Equipamento adquirido para o Centro.

O movimento ocorrido nas quantias escrituradas destes subsídios foi o seguinte:

Subsídio	Montante Total	Montante Recebido	Montante por receber	Rébito do Período	Rébito Acumulado
Subsídios relacionados com ativos:					
Edifícios	371.862	371.862	0	7.538	102.889
Equipamento	27.021	19.521	7.500	5.337	11.386
	398.884	391.383	7.500	12.875	114.255

A variação ocorrida na rubrica de "Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais", resulta exclusivamente da imputação de subsídios de ativos fixos tangíveis.

9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

9.1 Fundos patrimoniais

Resultados Transitados

A variação ocorrida na rubrica de resultados transitados, em 2025 face a 2024, resulta em exclusivo, da aplicação do resultado líquido de 2024.

Aplicação de resultados

De acordo com a Direção, o resultado líquido negativo no montante de 17.819,41€ (dezassete mil oitocentos e dezanove euros e quarenta e um cêntimos) vai ser aplicado na totalidade em Resultados Transitados.

Handwritten signatures and initials:
1 = //

Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Ponte
Rua do Prado Novo, n.º 1
5300-541 França

9.2 Passivos financeiros

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos correntes" apresentavam a seguinte composição:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores		
Fornecedores, c/c	9.440	12.646
	<u>9.440</u>	<u>12.646</u>
Outros passivos financeiros		
Outras contas a pagar		
Pessoal	11	10
Credores Ac. Gastos	24.208	25.524
Outros credores	22.501	31.670
	<u>46.709</u>	<u>57.204</u>
	<u>56.149</u>	<u>69.850</u>

Ysaie
Loucin

9.3 Ativos financeiros

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros são as apresentadas a seguir:

ATIVOS FINANCEIROS	2025			2024		
	Montante bruto	Perdas por imperda- de acumu- ladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por inpa- ridade acumula- das	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	2.648		2.648	6		6
Depósitos à Ordem	34.433		24.433	40.226		40.226
Depósitos a Prazo	0		0	0		0
	37.081		37.081	40.226		40.226
Act financeiros ao custo amortizado:						
Clientes e Utentes	(3.352)		(3.352)	2.320		2.320
Outros ativos correntes:	7.500		7.500	20.199		20.199
Pessoal	0		0	0		0
Fornecedores (devedores)	0		0	0		0
Outros Devedores	7.500		7.500	20.199		20.199
Ac. Rendimentos	0		0	0		0
	4.148		4.148	22.519		22.519
	41.229		41.229	62.745		62.745

Os acréscimos de rendimentos, por sua vez, são referentes a subsídios do Instituto de Segurança Social a título de participação nos serviços prestados de ação social de 2024 do Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Ponte, mas que apenas serão recebidos em 2025.

9.4 Diferimentos ativos

Em 2025 e em 2024 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Gastos a Reconhecer	469	769
	<u>469</u>	<u>769</u>

O montante de gastos diferidos em 2025 respeita, essencialmente, a prémios de seguro pagos em 2025, mas relativos a 2026.

10 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Em 05-04-2024 ocorreu a tomada de posse dos Órgãos Sociais eleitos para o quadriénio 2024-2027:

Direção:

Presidente – Victor Manuel Ramos Moreira
Vice-Presidente – Nuno Filipe Sousa Santos
Secretário – Dulce Cristina Vaz Moreiras
Tesoureiro – Nuno José Afonso Rodrigues
Vogal – Maria Catarina de Castro Garcia

Conselho Fiscal:

Presidente – Manuel João Diegues Rodrigues
Secretário – Nuno Miguel Rodrigues da Silva
Vogal – Marcelo José Pires

Os membros dos Órgãos Sociais não auferiram qualquer remuneração ao longo do exercício de 2025.

